

As Bibliotecas da Rede de Leitura Pública: problemas e perspectivas

CLÁUDIA GUIOMAR CASACA PIRES

R E S U M O

O artigo que se apresenta propõe uma reflexão sobre o panorama das bibliotecas municipais da rede de leitura pública. Nele são tomadas em consideração três áreas específicas de gestão bibliotecária, a saber, a informatização dos serviços, a cooperação inter-bibliotecária e a formação ao longo da vida dos recursos humanos. Neste sentido, procura-se através de cada uma destas variáveis de análise evidenciar problemas e propor novas metodologias de trabalho.

A B S T R A C T

This article proposes a reflection about the panorama of the Portuguese public libraries network. In order to achieve the aim of this paper three specific areas of library administration are taken in consideration, to know, the automation of library functional areas, the library cooperation practice and life-long learning of the human resources. In this sense, it is sought through each one of these topics of analysis to evidence problems and to propose new work methodologies.

PALAVRAS-CHAVE

REDE DE LEITURA PÚBLICA

FORBASE

COOPERAÇÃO INTER-BIBLIOTECÁRIA

FORMAÇÃO

«Diz-nos a nossa consciência
que temos a obrigação
de pôr a inteligência
ao serviço da razão.»

ANTÓNIO ALEIXO

INTRODUÇÃO

De acordo com a definição proposta pelo Manifesto da UNESCO, datada de 1994, «(...) a biblioteca pública é a porta de acesso local ao conhecimento e à informação, proporcionando as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais». Aceite nos nossos dias, esta definição representa uma realidade que nos é comum há relativamente pouco tempo, porquanto ela nem sempre foi a mesma...

Não se tratando de um conceito novo no âmbito da Biblioteconomia, uma vez que as primeiras bibliotecas itinerantes em Portugal datam de 1958, com a criação de uma rede de unidades móveis a cargo do Serviço de Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian, foi a década de 80, com a implementação de uma Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, que concitou o interesse de um número crescente de contributos e propostas por parte dos profissionais do sector. Parece-me que não é demais sublinhar que foi através deste Serviço de Bibliotecas Itinerantes (1958) e Fixas (1960) da Gulbenkian, activo de há quarenta e cinco anos para cá, que muitas comunidades do país tiveram o seu primeiro contacto com os livros; livros «(...) que meninos de pés descalços e calções remendados iam buscar às *fourgonnettes* brancas marca Citroën, de chapa nervurada» (BARATA 1998). Para muitos, pequenos e graúdos, esses eram os primeiros livros que viam e ficaram para sempre na memória como os primeiros livros da sua vida. Pese embora o número crescente de bibliotecas que têm sido criadas nestes últimos dezassete anos, muitas são ainda as localidades que continuam a usufruir dos recursos disponibilizados pela rede Gulbenkian de forma a darem resposta às suas necessidades de leitura.

Mas à data da criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, que preocupações existiam que exigiam a definição de uma política de leitura pública de âmbito nacional? A inexistência de infra-estruturas locais de acesso à informação, aliada a uma alta taxa de iletrismo e a um analfabetismo

dominante. De acordo com GUERRA (1990), os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) para o ano base de 1981 davam a conhecer duas cruas realidades: a de que um em cada cinco portugueses é analfabeto e a de que a nossa taxa de insucesso escolar era a mais alta, de entre todos os outros países da Europa. «Por essa razão, em 1987 a Secretaria de Estado da Cultura, culminando os esforços da BAD (Associação Profissional dos Bibliotecários Portugueses), do Instituto Português do Livro e de alguns municípios lançou as bases necessárias para a criação de uma rede nacional de leitura pública» (MOURA 1987). De acordo com a legislação sobre esta matéria, o programa da Rede de Leitura Pública assenta num esforço partilhado pela administração central e os municípios para dotar os concelhos do país de equipamentos culturais capazes de prestar um eficiente serviço de leitura pública a toda a população, independentemente dos factores idade, profissão, nível educativo e/ou socio-económico, por meio da celebração de contratos-programa entre o Estado (através do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas) e as autarquias.

Concomitantemente à Rede Nacional de Bibliotecas Públicas desenvolvia-se o projecto de automatização da Biblioteca Nacional, que depressa passou para o exterior da instituição para se tornar no Catálogo Colectivo em Linha das Bibliotecas Portuguesas. Na qualidade de catálogo colectivo, a Base Nacional de Dados Bibliográficos – PORBASE «(...) visa proporcionar os meios para a identificação e difusão dos recursos em informação, o desenvolvimento do empréstimo inter-bibliotecas, a normalização das práticas profissionais e para o estabelecimento de políticas coordenadas de aquisições» (FREITAS 1998). A isto, Inês LOPES (1994) acrescenta que o intercâmbio da informação e o fomento da cooperação técnica fazem parte dos benefícios imediatos da ligação permanente ao sistema central Geac. Mas importa também não esquecer que, grosso modo, para as bibliotecas de pequena dimensão, que receberam gratuitamente a primeira versão da aplicação (4.0), a PORBASE tem funcionado como uma «(...) agência bibliográfica nacional» (*ibidem*), e as mesmas funcionam apenas como utilizadores dos serviços. Esta ordem das coisas tem razão de ser se pensarmos que as bibliotecas públicas de pequena dimensão não possuem fundos bibliográficos que não estejam já cobertos pelo catálogo colectivo nacional, bem pelo contrário.

Quatro anos mais tarde, da necessidade de «(...) integrar as bibliotecas municipais no sistema nacional de informação bibliográfica, o acesso rápido

a fontes diversificadas de informação, no país e no estrangeiro» (MACHADO 1994), resultou o projecto Rede Informática de Leitura Pública – RILP¹, cujo objectivo último se traduzia na informatização dos serviços das bibliotecas da Rede de Leitura Pública com vista «(...) à sua integração num sistema de informação do âmbito nacional» (*ibidem*), na medida em que as bibliotecas da RILP estão ligadas à rede de bibliotecas informatizadas PORBASE (BERT 1994). Esta ligação à base de dados da Biblioteca Nacional permite que as bibliotecas integradas na rede RILP recuperem em linha os registos bibliográficos já existentes na PORBASE para os seus sistemas locais, e possam desta forma participar na filosofia da construção de um catálogo comum.

PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Feita esta primeira aproximação ao tema da rede de leitura pública importa agora, passados dezassete anos, reflectir sobre os resultados práticos do estabelecimento de uma política nacional para as bibliotecas portuguesas e ponderar sobre aquilo que tem vindo a ser consagrado no quotidiano das nossas bibliotecas.

Vamos partir de um ponto comum: o panorama das bibliotecas portuguesas mudou definitivamente a partir do momento em que o Governo viabilizou o projecto da Rede de Leitura Pública e a Biblioteca Nacional arrancou com o projecto PORBASE para a informatização dos serviços. O objectivo do primeiro projecto era o de inculcar nas bibliotecas públicas uma dinâmica nova de leitura e, o do segundo, na prossecução do primeiro, facilitar o acesso à informação e rentabilizar os recursos disponíveis pela criação de sistemas de cooperação. Mas a realidade tem demonstrado que estes benefícios não têm sido generalizados ao tecido das bibliotecas da rede, senão vejamos:

1. A PORBASE e a Rede de Leitura Pública: em ambos os projectos podemos detectar alguns constrangimentos respeitantes às infra-estruturas e que colocam em causa o seu crescimento. De um lado, a PORBASE não conseguiu "conquistar" o grosso das bibliotecas públicas da rede. As bibliotecas modernas que funcionam em rede e participam no catálogo colectivo não representam o conjunto das bibliotecas portuguesas. Do outro lado do espelho temos as bibliotecas da rede de leitura pública dependentes da competência e sensibilidade das autarquias para aquilo que pode significar em termos de dotação do orçamento a «(...) manutenção e desenvolvimento do equipamento biblioteca»

(SOUSA 1994), isto é, a actualização dos fundos. De acordo com BERT, em 1994, o saldo de bibliotecas que haviam aderido à Rede Informática de Leitura Pública era de nove². Um tão baixo índice de bibliotecas cooperantes revela que é ainda muito diminuto o número daquelas que beneficiam das vantagens de trabalhar em rede (vulgo, sistemas automatizados interligados) e praticam a "política" do empréstimo inter-bibliotecário. Assim sendo não há forma de assegurar que o acesso aos documentos, entre bibliotecas diferentes, seja extensivo a um número maior de possíveis leitores. Centremo-nos no fulcro da questão: o projecto Rede de Leitura Pública não será uma realidade generalizada ao conjunto das bibliotecas apoiadas sem que antes sejam desenvolvidos esforços no sentido da cooperação com outros projectos que se desenvolvem em paralelo. Falo da PORBASE, da Rede de Bibliotecas Escolares, e porque não, da Rede de Bibliotecas Universitárias. Se todas elas têm um mesmo objectivo porque é que na prática não hão-de ser parceiras na tarefa de promoção da leitura através da produção e difusão de documentos? Porque afinal o que encerra em si o conceito de "rede", Rede de Bibliotecas Públicas? Um conjunto de bibliotecas com as mesmas características? Não chega. Fundos documentais que cubram as mais variadas áreas do saber? Não basta. O livre acesso? Não é suficiente. O empréstimo domiciliário? Só por si, este princípio não define uma rede.

Perspectivas e propostas

- A criação de grupos regionais de trabalho que procedam ao levantamento das reais necessidades nas bibliotecas da rede.
- Sustentar uma regionalização como estratégia de promoção da leitura.
- Procurar localmente engendrar políticas comuns à volta da promoção do livro e da leitura que envolvam todas as entidades locais e regionais que disponibilizam o livro, sendo que desta forma se poderá rentabilizar os recursos de cada uma e por cobro às necessidades da leitura pública.
- Repensar a questão de um eventual envolvimento dos municípios (de uma mesma região) no processo de aquisição de uma única solução informática – o consórcio RILP, de forma a garantir a automatização integrada das várias áreas funcionais da biblioteca e a partilha de informação e de recursos entre as bibliotecas da rede RILP.
- Exigir às bibliotecas apoiadas que trabalhem no sentido de disponibilizar quanto antes os seus registos bibliográficos em formato legível por computador. A falta de acessibilidade de grande parte das bibliotecas públicas da rede contribui para acentuar ainda mais o fosso que existe na comunidade da rede

– em termos geográficos, de equipamentos, na relação com as novas tecnologias e formação do pessoal.

2. A cooperação inter-bibliotecária: esta é uma questão na qual se tem vindo a insistir de algum tempo para cá. Mas, como inculir esta ideia quando muitas bibliotecas públicas portuguesas não dispõem ainda de um catálogo informatizado disponível a partir dos seus sistemas? Com a aplicação distribuída pela Biblioteca Nacional, muitas bibliotecas começaram a informatizar os seus catálogos, constituindo deste modo as suas bases de dados locais, que foram aos poucos substituindo os antigos catálogos tradicionais. Mas casos houveram de bibliotecas que trabalharam anos a fio com a aplicação PORBASE e que mais tarde acabaram por adoptar outra solução informática sem que a fase do processamento de dados bibliográficos fosse concluída. Em bom rigor, podemos afirmar que essas bibliotecas migraram para uma nova solução sem que a relação custos versus benefícios desse investimento tenha sofrido uma alteração francamente positiva, já que o utilizador final continua sem poder usufruir de um serviço de catálogo em linha. Ante este tipo de realidade, que possibilidades – a curto e a médio prazo – têm estas bibliotecas de verem o seu sistema automatizado e interligado a outros sistemas de bibliotecas congéneres?

Mas este não é o único factor negativo a apontar. Até porque a cooperação não se reduz ao empréstimo inter-bibliotecas. A notoriedade de uma biblioteca junto da comunidade local terá de ser firmada pela implementação e dinamização de um conjunto de actividades culturais e de lazer. Partindo do princípio de que as actividades culturais, sociais de lazer, o convívio, são em termos de motivação individual uma dimensão importante na vida das pessoas, e que a partir delas se criam redes de conhecimento entre os diversos actores sociais, torna-se evidente que neste contexto as bibliotecas públicas têm um espaço social capaz de reunir os elementos sociais e com eles descobrir novas formas de ser instituição. «Instituição para o problema e, também, o sonho e a fantasia. Instituições menos interessadas em coleccionar livros e mais preocupadas em reunir pessoas para ajudá-las a serem cada vez mais pessoas humanas» (Lemos cit. por SUAEDIN 1995). Parafaseando GASCUEL (1987), a «animação tanto é definida como um meio para trazer à biblioteca os que não recorrem a ela espontaneamente, como um método para tirar o grande público de uma certa rotina e passividade».

Para a promoção do nível cultural da comunidade, os contratos assinados entre as autarquias e o Governo pressupõem a realização de actividades de animação dirigidas a diferentes públicos para ocupação (re)criativa de tempos livres. No âmbito desta política de dinamização da biblioteca, algumas iniciativas são custeadas pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB). Mas à parte estas iniciativas, os bibliotecários têm de ter capacidade para "inventar" novas formas de ser uma biblioteca viva e actuante na sociedade. Por exemplo, as parcerias com o capital humano das universidades e outras instituições de ensino podem ser uma mais-valia na fase de planificação e implementação de projectos de âmbito cultural, tais como o lançamento de livros de autores locais, a publicação de revistas, a organização de colóquios etc. Porque mais importante do que garantir verbas para "importar" actividades pontuais de animação será auscultar as necessidades e os gostos do nosso público. O que é interessante para uma biblioteca da Grande Lisboa poderá muito bem não ter receptividade numa biblioteca do Distrito de Vila Real de Trás-os-Montes. Isto porque os «meios de apoiar e de estimular o gosto pela leitura; nesta ou naquela região, têm muito a ver com a específica apetência das populações locais, com o modo particular como elas vivem as respectivas tradições e com os prospectivos horizontes em que inscrevem a sua visão do futuro» (MOURÃO-FERREIRA 1994). Na prática, quantas bibliotecas promovem inquéritos junto da população com o propósito de inventariar as suas necessidades?

Perspectivas e propostas

- Planear e desenvolver iniciativas locais e regionais de cooperação dentro dos parâmetros estabelecidos que permitam a compatibilização com outros projectos de nível nacional (p. e., a PORBASE).
- Envidar esforços no sentido da criação de um catálogo a nível regional com a devida segurança técnica.
- Concertar localmente formas de cooperação entre os organismos responsáveis pela produção, promoção e difusão do livro; porque é urgente que a prática de trabalhar em rede seja uma realidade entre todas as instituições da sociedade.

Se a biblioteca e a escola são, por excelência, unidades de informação porque não investir num programa de apoio às bibliotecas escolares, através da assinatura de um protocolo de colaboração entre a autarquia e as escolas de um determinado

concelho? Na linha de pensamento de CALIXTO (1994), desta forma poder-se-iam estabelecer à partida as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas nas mais variadas áreas de actuação que vão desde os recursos humanos, passando pela aquisição do equipamento, acabando na animação e na definição de regras de colaboração. Uma cooperação deste tipo, bem organizada e estruturada, favorece a criação de infra-estruturas adequadas para as bibliotecas escolares e, melhor ainda, a criação de futuros utilizadores, que deixarão de procurar nas bibliotecas públicas o espaço que lhes deve ser oferecido pela escola.

3. A formação de pessoal: a falta de técnicos superiores de biblioteca formados à altura dos novos desafios, «tendo em vista quer as novas tecnologias quer a integração europeia» (CAMPOS 1991) também é uma questão que deveria ser objecto de uma reflexão mais cuidada. Ao ser questionado sobre o funcionamento do projecto Rede Informática de Leitura Pública, uma pessoa responsável pela gestão dos serviços de uma biblioteca pública do norte do país, prontamente respondeu que nada sabia a esse respeito, a não ser que envolvia elevados custos para as autarquias. Ou seja, até no meio da classe profissional reina a indiferença, e se porventura este não é o retrato da grande maioria dos bibliotecários (e eu quero acreditar que não), a verdade é que este laxismo muito pouco profissional, de quem pode e manda, existe. E afinal, o sucesso da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas não dependerá dos quadros técnicos que dela fazem parte? Como tal, é urgente uma modernização dos conhecimentos de todos os agentes envolvidos, por via da frequência de cursos de formação, aliada a uma troca de experiências. Porque também aqui importa que nos habituemos a gerir uma biblioteca como se de uma empresa se tratasse, voltada para a qualidade e para a importância das pessoas na construção e gestão de qualquer cultura organizacional, nas suas mais variadas facetas – envolvimento, interesses, participação, motivações.

Desde os anos sessenta que a teoria económica vem sublinhando o valor acrescentado de um trabalhador quando este é objecto de um investimento, a saber, na educação e na experiência. Instrumentos estratégicos de gestão, os recursos humanos de uma qualquer biblioteca devem ser encarados não como custos mas como um investimento. Uma formação ao longo da vida é, pois, um imperativo da sociedade actual, que a rápida obsolescência dos saberes e das competências tem vindo a pôr a descoberto, obrigando-nos a aprender

e a reaprender ao longo da vida. O problema aqui é que nem todos os encargos com a formação do pessoal são encarados como um investimento prioritário.

Perspectivas e propostas

- Da mesma forma que os mais recentes cursos de pós-graduação tiveram de se renovar face às exigências do mercado de trabalho, pela inclusão de novas cadeiras relacionadas com as tecnologias de informação e comunicação (TIC), é de importância vital investir na formação dos quadros profissionais da "velha guarda" e em acções de formação para não profissionais, de modo a que estes possam dar resposta às necessidades inerentes ao desenvolvimento do sector bibliotecas. Esta é aliás uma das conclusões do 7.º Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses (2001)³ e do "Seminário Cultura, Bibliotecas Públicas e Cooperação" (2000)⁴.
- De igual modo, a APBAD, na qualidade de associação profissional, devia trabalhar no sentido de as várias acções de formação para o desenvolvimento de novas práticas e competências se realizarem tão próximas quanto possível dos vários distritos do país e não só nos grandes centros como Porto, Lisboa e Coimbra, facto que depressa constatamos num relance ao calendário da formação contínua para o ano 2003. Esta atitude pro-activa é tão mais importante para «o profissionalismo das bibliotecas portuguesas, muito particularmente nas bibliotecas públicas, dado o género de contexto em que se encontram inseridas, tem sido caracterizado, em grande parte, por uma profunda alienação da realidade» (CABRAL 1999).

CONCLUSÃO

Ao longo destes últimos dezassete anos, o que mudou no panorama das nossas bibliotecas públicas? Muita coisa, por certo. Mas não deixa de ser menos verdade que ainda ficou muita coisa por fazer: que continua a faltar uma avaliação ao sistema implantado pela Secretaria de Estado da Cultura; o desenvolvimento de métodos que permitam avaliar o impacto dos serviços de tecnologias de informação e comunicação (TIC) utilizados nas bibliotecas públicas pelos seus utilizadores finais; a criação de uma plataforma que permita exigir dos bibliotecários uma maneira de ser e de estar mais pro-activa na comunidade, dito isto pelas palavras de Henrique Barreto NUNES, «é preciso mudar as bibliotecas, transformar os bibliotecários».

NOTAS

¹ Constituída em 1992 em consórcio com o IPLB e dezassete Câmaras Municipais, a Rede Informática de Leitura Pública (RILP) é um projecto que visa, por um lado, dotar as bibliotecas cooperantes de infra-estruturas informáticas que garantam a automatização das tarefas técnicas de processamento bibliográfico de carácter repetitivo e demorado e, por outro lado, viabilizar a constituição de redes concelhias que permitam a troca, por transferência de ficheiros, entre o conjunto das bibliotecas integradas da RILP.

² Muito embora seja dezassete o número de Câmaras Municipais que fazem parte do consórcio, apenas as bibliotecas de Almeirim, Barreiro, Cantanhede, Grândola, Guimarães, Lousã, Mirandela, Palmela e Póvoa de Varzim participaram na primeira fase do projecto de aquisição de uma solução informática.

³ O resumo das comunicações apresentadas ao 7.º Congresso Nacional BAD encontra-se disponível em http://www.apbad.pt/resumo_comunicacoes.pdf.

⁴ Seminário organizado pela Liberpolis e realizado na Biblioteca Municipal de Sintra por ocasião do III Festival das Bibliotecas Públicas da Área Metropolitana de Lisboa. As conclusões do seminário estão disponíveis na Internet em: <http://www.liberpolis.pt/liberpolis/base.htm>.

BIBLIOGRAFIA

- BARATA, Clara. Noticiário. *Os livros viajantes* [em linha]. Outubro 1998 [referência de 05 de Novembro de 2002]. Disponível na Internet em: <http://www.instituto-camoes.pt/arquivos/literatura/livrosviajantes.htm>.
- BERT, Brigitte – "RILP: um projecto ambicioso". *Cadernos BAD*, 1994, n.º 3, p. 133-137.
- CABRAL, Luís – *As bibliotecas públicas portuguesas: problemas e propostas de desenvolvimento*. Porto: Edições Afrontamento, 1999. (Colecção Histórias e Ideias; 10).
- CALIXTO, José António – "Biblioteca pública versus biblioteca escolar: uma proposta de mudança". *Cadernos BAD*, 1994, n.º 3, p. 57-67.
- FREITAS, Eduardo de – *As bibliotecas em Portugal: elementos para uma avaliação*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 1998. (Colecção Pesquisas; 2).
- GASCUEL, Jacqueline – *Um espaço para o livro: como criar, animar ou renovar uma biblioteca*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.
- GONÇALVES, João; CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de – "Colóquio: que prioridades para as bibliotecas portuguesas?". *Cadernos BAD*, 1990, n.º 1-2, p. 87-100.
- GUERRA, Filomena – "As bibliotecas de pequena comunidade e a prevenção do analfabetismo regressivo". *Cadernos BAD*, 1990, n.º 1-2, p. 57-60.
- LOPES, Maria Inês – "A PORBASE e as bibliotecas públicas". *Cadernos BAD*, 1994, n.º 3, p. 111-121.
- MACHADO, Luís Oliveira – "Rede Informática de Leitura Pública". *Cadernos BAD*, 1994, n.º 4, p. 123-131.
- MOURA, Maria José (coord.) – *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.
- MOURÃO-FERREIRA, David – "Serviço de bibliotecas e apoio à leitura". *Cadernos BAD*, 1994, n.º 3, p. 159-179.
- NUNES, Henrique Barreto – "A rede de leitura pública no Minho". *Cadernos BAD*, 1990, n.º 1-2, p. 45-55.
- SOUSA, Jorge Pais de – "A biblioteca pública e a pós-modernidade: arquitectura e gestão". *Cadernos BAD*, 1994, n.º 3, p. 91-110.
- SUAIDEN, Emir – *Biblioteca pública e informação à comunidade*. São Paulo: Global, 1995.
- Unesco Public Libraries Manifesto, 1994.